



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

22/01/2015

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. AÇÕES TJMA.....	1
1.2. CORREGEDOR (A).....	2 - 3
1.3. PONTO FACULTATIVO / FERIADO.....	4
1.4. POSSE.....	5 - 6
1.5. PRESIDÊNCIA.....	7
1.6. UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO.....	8
2. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
2.1. DIRETORIA.....	9
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. AÇÕES TJMA.....	10
3.2. CORREGEDOR (A).....	11
3.3. DIRETORIA.....	12
3.4. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	13
3.5. PRESIDÊNCIA.....	14 - 15
3.6. UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO.....	16
3.7. VARA CRIMINAL.....	17 - 19
3.8. VARA DE ENTORPECENTES.....	20
4. JORNAL O DEBATE	
4.1. DIRETORIA.....	21
4.2. POSSE.....	22
4.3. PRESIDÊNCIA.....	23
4.4. UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO.....	24 - 26
5. JORNAL O IMPARCIAL	
5.1. COMARCAS.....	27
5.2. POSSE.....	28 - 29
6. JORNAL O PROGRESSO	
6.1. COMARCAS.....	30
6.2. PRESIDÊNCIA.....	31 - 32
7. JORNAL PEQUENO	
7.1. DIRETORIA.....	33
7.2. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	34
7.3. PONTO FACULTATIVO / FERIADO.....	35
7.4. POSSE.....	36
7.5. PRESIDÊNCIA.....	37 - 38
7.6. UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO.....	39 - 40
7.7. VARA DE ENTORPECENTES.....	41

Órgão Especial do TJMA aprova promoção e remoção de juízes

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Maranhão, em sessão administrativa nesta quarta-feira (21), promoveu, pelo critério de merecimento, a juíza Tereza Cristina Franco Palhares para a 1ª Vara da comarca de Pinheiro, e pelo critério de antiguidade, a juíza Mirella Cezar Freitas para a 2ª Vara da comarca de Itapecuru-Mirim.

Para a entrância final, foram promovidos os juízes Maricélia Costa Gonçalves, pelo critério de merecimento, e Luis Carlos Licar Pereira, pelo critério de antiguidade.

REMOÇÃO – O juiz Aílton Castro Aires foi removido, pelo critério de antiguidade, para a 1ª Vara da Família do Termo Judiciário de São Luís da Comarca da Ilha de São

Luís e a juíza Alessandra Lima Silva foi removida, pelo critério de merecimento, para a comarca de Itinga do Maranhão.

Na mesma sessão, foram escolhidos, por sorteio, os cinco juízes de Direito da comarca de São Luís, que deverão compor quorum no Plenário, Câmaras Reunidas e Isoladas, quando houver impedimento ou suspeição

de desembargador.

Foram sorteados os magistrados José dos Santos Costa (2ª Vara da Infância e Juventude), Roberto Abreu Soares (Juiz Auxiliar), Joseane de Jesus Corrêa Bezerra (3ª Vara da Família), Carlos Roberto Gomes de Oliveira Paula (Juiz Auxiliar) e Itaércio Paulino da Silva (1ª Vara de Entorpecentes).

Defensoria estadual realizará mutirão carcerário em março

Pág. 6

Defensoria estadual realizará mutirão carcerário em março



Mariana Albano, Werther Lima Júnior, Nelma Sarney e Mario Sousa durante reunião

A realização de mutirão carcerário em unidades penitenciárias de São Luís foi um dos principais temas tratados entre a defensora geral do Estado, Mariana Albano de Almeida, e a corregedora geral, desembargadora Nelma Sarney, em reunião ocorrida da sede da Corregedoria Geral de Justiça, em São Luís. Acompanhada do subdefensor Werther Lima Junior, a gestora falou da necessidade e da importância da iniciativa, visto a crescente demanda de presos provisórios na capital, o que contribui para aumentar o clima

de tensão dentro do sistema.

“Solicitamos esse encontro com a corregedora de Justiça para, entre outros assuntos, discutirmos parcerias voltadas ao atendimento nos presídios de São Luís. O objetivo é realizar um mutirão presencial em março próximo, para evitar que o problema se agrave. Para isso, precisamos do apoio de todo os órgãos da Justiça envolvidos com a questão e, em especial, da Corregedoria de Justiça, que sempre foi uma parceira da Defensoria Pública”, destacou Mariana Albano.

Ao colocar-se à disposição da DPE/MA, a corregedora geral, Nelma Sarney, afirmou que todas as solicitações da instituição são legítimas. “Tudo o que estiver ao nosso alcance teremos a maior satisfação de ajudar. Se todos os órgãos que compõem a Justiça funcionarem de forma plena, melhor será para todos, sobretudo, para a população”, ressaltou.

Durante a reunião, que contou também com a presença do juiz auxiliar da Corregedoria Geral e gestor de Metas e Planejamento Estratégico do Tribunal

de Justiça, Mário Marcio de Almeida Sousa, a defensora geral também fez um breve panorama do momento atual vivido pela Defensoria, enumerando os avanços e os desafios para a abertura de novas unidades e manutenção do padrão de atendimento das já existentes. Disse que como a verba de custeio destinada ao órgão é pequena, alternativas estão sendo buscadas para garantir o aporte financeiro adequado.

Uma delas, segundo explicitou, seria a transferência de recursos para o Fundo de Aparelhamento da Defensoria Pública (Fadep), utilizando fontes como o valor dos emolumentos e custas extrajudiciais incidentes sobre todos os atos praticados pelos cartórios. “A nossa intenção seria buscar um percentual de 5% sobre o valor desses serviços, que não atingiriam os 15% já assegurados ao Poder Judiciário, para serem utilizados em melhorias e aperfeiçoamento das atividades e ações desenvolvidas pela Defensoria Estadual”, assinalou Mariana Albano, acrescentando que experiências semelhantes estão sendo colocadas em prática por outras Defensorias brasileiras.

Recesso forense acaba e atividades no Poder Judiciário voltam à normalidade



A partir dessa quarta-feira (21) estão normalizadas todas as atividades judiciais em Varas e Juizados da capital e do interior. Desde o dia 20 de dezembro, com o início do recesso forense que terminou nessa terça-feira (20), estiveram suspensos júris, audiências, prazos, intimações, além de publicações de acórdãos, sentenças, decisões e liminares.

No Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau), a volta das atividades à normalidade foi marcada pelas apresentações da Banda de Música da Guarda Municipal de São Luís e o grupo de jazz Jayr Torres Group, que receberam o público presente ao fórum a partir das 8h.

A iniciativa da Diretoria do Fórum de São Luís, na pessoa do juiz Osmar Gomes dos Santos, faz parte das ações de valorização e integração do

público interno e externo.

O recesso forense é previsto no Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Maranhão e compreende o período de 20 de dezembro a 06 de janeiro. A pedido da seccional da OAB, o Pleno do Tribunal de Justiça aprovou a alteração do encerramento do recesso para o dia 20 de janeiro, de modo que os advogados possam gozar férias das atividades profissionais no período.

Durante o período do recesso o Poder Judiciário funciona em regime de plantão para atendimento a processos de réus presos com autos vinculados à prisão e casos de natureza urgente que visem à preservação dos direitos, a exemplo de habeas corpus, mandados de segurança, agravos de instrumento e suspensão de liminar.

Presidente do TJMA empossa juízes de São Luís, Pinheiro e Itapecuru-Mirim



➤ A posse ocorreu no Gabinete da Presidência do TJMA

Pág. 3

Presidente do TJMA empossa juízes de São Luís, Pinheiro e Itapecuru-Mirim



A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire, deu posse a três magistrados, nesta quarta-feira (21), após a solenidade de abertura do ano forense de 2015.

PROMOÇÃO - A juíza Mirella Cezar Freitas (comarca de Anajatuba) foi empossada na 2ª Vara da Comarca de Itapecuru-Mirim, após ser promovida da entrância inicial para a intermediária, pelo critério de antiguidade.

Também promovida para a entrância intermediária, mas pelo critério de merecimento, a juíza Tereza Cristina Franco Palhares (comarca de Poção de Pedras) foi empossada na 1ª Vara da Comarca de Pinheiro.

REMOÇÃO - Conforme o critério de antiguidade, o juiz Ailton Castro Aires foi removido a pedido do Jui-

zado da Fazenda Pública da capital para a 1ª Vara de Família do termo judiciário de São Luís (comarca da Ilha de São Luís), na mesma entrância final.

No ato de posse, a presidente do TJ parabenizou os magistrados, ressaltando que eles vêm desempenhando um trabalho brilhante na carreira, como o jurisdicionado precisa e merece. "As comarcas estão de parabéns por receber juízes desse nível", ressaltou a desembargadora Cleonice Freire.

A posse foi acompanhada pelo desembargador José Bernardo Rodrigues, pelos juízes Nilo Ribeiro, Márcio Brandão (auxiliares da Presidência), Tayrone Silva (auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça), Rodrigo Nina, Gustavo Medeiros e Larissa Tupinambá (Comissão Sentenciante da Corregedoria).

TJMA manifesta repúdio contra a violência na comarca de Buriti



Teve início nesta quarta-feira (21) o ano forense no Poder Judiciário do Maranhão. Durante a solenidade de instalação dos serviços judiciários, a presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Cleonice Freire, manifestou sua indignação e inconformismo diante dos atos de violência praticados por um grupo de pessoas em Buriti, contra decisão do juiz da comarca, Jorge Sales Leite, em processo que trata da cassação do prefeito municipal, na última terça-feira.

“Não temos outra atitude senão manifestar indignação e inconformismo ante as brutalidades praticadas contra a instituição judiciária

e aquele legítimo representante (o juiz)”, declarou a presidente do TJ.

A desembargadora disse considerar a missão do juiz “sublime, bendita e sagrada, porque essencial à pacificação das relações sociais e humana”. “O dever legal de julgar, por si só, já nos preocupa e inquieta, mas também nos incomoda. Abala nossos sentimentos humanos e nos faz doer na própria alma”, completou.

A presidente informou que, de imediato, determinou ao diretor de segurança institucional do TJ o deslocamento à comarca a fim de tomar as providências cabíveis à apuração dos fatos junto à polícia civil, militar

e polícia federal, e também que o juiz fosse retirado da comarca. Informou sobre a prisão de cinco acusados e disse ter solicitado uma audiência com o governador do Estado, Flávio Dino, para tratar de assuntos relacionados à segurança institucional.

APOIO - Vários desembargadores se manifestaram em repúdio aos crimes em Buriti e em apoio ao magistrado. O desembargador Cleones Cunha considerou o episódio “repugnante e repudiável”, que agride todos os magistrados maranhenses. “É lamentável que, por uma insatisfação com uma questão política, se cometa agressão ao ma-

gistrado no exercício pleno de sua jurisdição”, disse o desembargador.

A Corregedora Geral da Justiça, Nelma Sarney, enfatizou a importância do reforço às medidas de segurança nas comarcas de todo o Estado, como ação preventiva. A desembargadora alertou sobre a necessidade de o juiz encaminhar semanalmente as armas sob custódia da Justiça para a Comissão de Segurança Institucional, para a devida guarda, bem como a comunicação prévia de sessões de julgamento de grande repercussão na comarca, para que seja feito o reforço do policiamento – o que não houve, disse.

Modelo de audiência de custódia do TJMA é avaliado por organizações de defesa dos direitos humanos

Representantes da Rede de Justiça Criminal e da Human Rights Watch – organizações de defesa dos direitos humanos – reuniram-se, nesta quarta-feira (21), com o coordenador-geral da Unidade de Monitoramento Carcerário (UMF-TJMA), desembargador Froz Sobrinho, e representantes das varas de Interesses Difusos e Execução Penal, e da Central de Inquéritos para conhecer a realidade do sistema criminal do Maranhão e o modelo de audiência de custódia implantado no Estado.

A audiência de custódia acontece no Maranhão desde setembro de 2014, conforme os parâmetros da Convenção Americana de Direitos Humanos. O procedimento, realizado na Central de Inqué-

ritos do Fórum de São Luís, foi apresentado pelo juiz Fernando Mendonça, titular da 2ª Vara de Execução Penal, aos membros da Human Rights Watch, Maria Laura Canineu e Cesar Munoz; e da Rede de Justiça Criminal, Hugo Leonardo, Amanda Hildebrand e Ana Luiza Bandeira (coordenadora do projeto-piloto de audiência de custódia em São Paulo).

A implantação é fruto de planejamento conjunto de representantes do Executivo, Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública. A proposta foi aprovada pelo Comitê de Gestão Integrada de Pacificação nas Prisões, constituído pelo Governo do Estado, em parceria com a União Federal, em junho de 2014, como forma de conter

a violência e a criminalidade na Capital, sendo incluída entre as ações emergenciais do pacto estadual para instituição de políticas públicas de alternativas penais à prisão, firmado em janeiro do ano passado.

“Com os estabelecimentos criminais dominados por facções criminosas, é importante separar a pessoa que cometeu crime grave, ou de elevada periculosidade, daquelas que praticaram crimes ocasionais ou episódicos”, explicou o magistrado, que coordenou o projeto de implantação.

Também participaram da reunião o coordenador executivo da UMF, Ariston Apoliano Júnior, os juizes Douglas de Melo Martins (Interesses Difusos), Lívia

Maria Aguiar (auxiliar da capital) e Antonio Luiz da Silva (Central de Inquéritos).

CONSCIENTIZAÇÃO

O diretor da Rede de Justiça Criminal, Hugo Leonardo, disse que a experiência da audiência de custódia é importante tendo em vista os acontecimentos no Complexo Penitenciário de Pedrinhas nos últimos anos, podendo culminar em novas propostas, apesar de ainda faltar maior conscientização de muitos julgadores sobre as consequências sociais do encarceramento provisório. “Há um grande papel do juiz na resposta aos problemas sociais, que muitas vezes são incrementados por decisões em vez de diminuídos”, opinou.

EDUCAÇÃO

Eleita a nova diretoria da Escola Superior da Magistratura

A Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM) já tem definida a sua diretoria para o biênio 2015/2016. Foram eleitos, em sessão Plenária Administrativa do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), ontem os desembargadores Jamil Gedeon e Paulo Velten, que assumirão, respectivamente, os cargos de diretor e vice-diretor. O nome do desembargador Jamil Gedeon foi indicado pela presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, e aclamado por unanimidade pelos demais desembargadores que compõem a Corte estadual de Justiça. O diretor eleito teve o direito de escolher o vice-diretor, convidando o desembargador Paulo Velten para o cargo.

"Assumir a diretoria da ESMAM é dar continuidade ao trabalho que vem sendo desenvolvido e aprimorado há anos na gestão do desembargador Marcelo Carvalho, fazendo da escola um local de estudo e debates sobre temas relevantes para o aperfeiçoamento dos serviços judiciários", declarou o desembargador Jamil Gedeon, logo após a sua eleição.

Para o desembargador Paulo Velten, a hora é de trabalhar. "Fiquei muito honrado pela indicação do meu nome pelo desembargador Jamil Gedeon. Agora, vamos nos preparar para desenvolver um bom trabalho", pontuou.

A atual diretoria da ESMAM, que encerra o mandato no final

de fevereiro, é composta pelo desembargador Marcelo Carvalho, que está no cargo de diretor há quatro anos - tendo sido eleito em 2011 e reconduzido em 2013 -, e pelo desembargador Kleber Costa Carvalho, que exerce o cargo de vice-diretor.

A ESMAM tem como missão promover a formação inicial e continuada de magistrados e servidores do Judiciário maranhense e oferecer serviços jurídico-educacionais para a comunidade, contribuindo para aumentar a efetividade na prestação jurisdicional por meio do ensino e da pesquisa.

PERFIS - O desembargador Jamil Gedeon é natural de Caxias (MA), graduado em Direito pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Foi promotor de Justiça, procurador-geral da Justiça. Em 1997, por indicação da classe, foi eleito para o cargo de desembargador, na vaga do quinto constitucional destinada ao Ministério Público. Estado. Foi corregedor, vice-presidente e presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão. Também foi corregedor-geral da Justiça no biênio 2008/2009 e presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão no biênio 2010/2011. O desembargador Paulo Velten Pereira é natural de Niterói (RJ), descendente de maranhenses, estando radicado no Estado desde 1984. É graduado em Direito pela Universidade Federal do Maranhão e foi advogado especializado nas áreas cível e empresarial durante 15 anos.

Atividades retomadas

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça (TJ) do Maranhão retomou as atividades jurisdicionais e administrativas.

Em sessão ontem, foi promovida pelo critério de merecimento a juíza Tereza Palhares para a 1ª Vara da Comarca de Pinheiro, e pelo critério de antiguidade a juíza Mirella Cezar Freitas para a 2ª Vara da Comarca de Itapecuru-Mirim.

Para a entrância final, foram promovidos Maricélia Gonçalves, por merecimento, e Luis Carlos Licar Pereira, por antiguidade.

DPE realizará mutirão carcerário em fevereiro

Divulgação

Defensoria Pública e Corregedoria Geral de Justiça discutiram a realização do evento

A realização de mutirão carcerário em unidades penitenciárias de São Luís foi um dos principais temas tratados entre a defensora geral do Estado, Mariana Albano de Almeida, e a corregedora-geral, desembargadora Nelma Sarney, em reunião ocorrida da sede da Corregedoria Geral de Justiça, em São Luís. Acompanhada do subdefensor Werther Lima Junior, a gestora falou da necessidade e da importância da iniciativa, visto a crescente demanda de presos provisórios na capital, o que contribui para aumentar o clima de tensão dentro do sistema.

“Solicitamos esse encontro com a corregedora de Justiça para, entre outros assuntos, discutirmos parcerias voltadas ao atendimento nos presídios de São Luís. O objetivo é realizar um mutirão presencial em fevereiro próximo, para evitar que o problema se agrave”.

Ao colocar-se à disposição da DPE/MA, a corregedora geral, Nelma Sarney, afirmou que todas as solicitações da instituição são legítimas. “Tudo o que estiver ao nosso alcance teremos a maior satisfação de ajudar. Se todos os órgãos que compõem a Justiça funcionarem de forma plena, melhor será para todos, sobretudo, para a população”, ressaltou.

Durante a reunião, que contou também com a presença do juiz auxiliar da Corregedoria Geral e gestor de Metas e Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça, Mário Marcio de Almeida Sousa, a defensora geral também fez um breve panorama do momento atual vivido pela Defensoria, enumerando os avanços e os desafios para a abertura de novas unidades e manutenção do padrão de atendimento



Nelma Sarney, Mariana Albano, Werther Lima e Mario Sousa

“

Para isso, precisamos do apoio de todos os órgãos da Justiça envolvidos com a questão e, em especial, da Corregedoria de Justiça”

Mariana Albano, defensora geral do Estado

das já existentes. Disse que como a verba de custeio destinada ao órgão é pequena, alternativas estão sendo buscadas para garantir o aporte financeiro adequado.

Recursos - Uma delas, segundo explicitou, seria a transferência de recursos para o Fundo de Aparelhamento da Defensoria Pública (Fadep), utilizando fontes como o valor dos emolumentos e custas extrajudiciais inci-

dentos sobre todos os atos praticados pelos cartórios.

“A nossa intenção seria buscar um percentual de 5% sobre o valor desses serviços, que não atingiriam os 15% já assegurados ao Poder Judiciário, para serem utilizados em melhorias e aperfeiçoamento das atividades e ações desenvolvidas pela Defensoria Estadual”, assinalou Mariana Albano, acrescentando que experiências semelhantes estão sendo colocadas em prática por outras defensorias brasileiras.

Werther Junior lembrou que o Fadep maranhense já foi criado e, assim como nos demais estados da federação, são previstos percentuais destinados às Defensorias. Dentre as fontes para complementação das receitas da instituição estão os recursos advindos dos honorários de sucumbência nas ações patrocinadas por defensor público; dos recursos provenientes de convênios ou contratos, e ainda da prestação de serviços a terceiros, aluguéis ou permissões de uso de espaços livres onde funcionem os órgãos da DPE.

Também constituem receitas do Fundo os recursos resultantes da venda de publicações, bem como dos rendimentos provenientes de aplicações financeiras da instituição.

Novo comando definido na ESMAM

Os desembargadores Jamil Gedeon e Paulo Velten, serão, respectivamente, o diretor e o vice, da Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM), para o biênio 2015/2016. A eleição da nova diretoria foi realizada ontem pela manhã numa plenária administrativa do Tribunal de Justiça (TJMA).

Volta ao trabalho

Parece que, aos poucos, as coisas vão voltando ao normal, após o recesso das festas de fim de ano. No Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau, a volta das atividades foi marcada pelas apresentações da banda de músicos da Guarda Municipal de São Luís e do grupo de jazz Jayr Torres Group, que recepcionaram o público.

O recesso forense é previsto no Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Maranhão e compreende o período de 20 de dezembro a 6 de janeiro. A pedido da seccional da OAB, o Pleno do Tribunal de Justiça aprovou a alteração do encerramento do recesso para o dia 20 de janeiro, de modo que os advogados possam gozar férias das atividades profissionais no período.

TJMA manifesta repúdio contra a violência na Comarca de Buriti

Tribunal de Justiça do Maranhão manifestou ontem a sua indignação contra os atos de violência praticados por pessoas na Comarca de Buriti; ação criminosa ocorreu contra decisão do juiz Jorge Sales Leite que trata da cassação do prefeito

Durante a solenidade de instalação dos serviços judiciários, ontem, marcando o início do ano forense no Poder Judiciário do Maranhão, a presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Cleonice Freire, manifestou sua indignação e inconformismo diante dos atos de violência praticados por um grupo de pessoas em Buriti, contra decisão do juiz da comarca, Jorge Sales Leite, em processo que trata da cassação do prefeito municipal, na última terça-feira.

“Não temos outra atitude senão manifestar indignação e inconformismo ante as brutalidades praticadas contra a instituição judiciária e aquele legítimo representante [o juiz]”, declarou a presidente do TJ. A desembargadora disse considerar a missão do juiz “sublime, bendita e sagrada, porque essencial à pacificação das relações sociais e humana”.

“O dever legal de julgar, por si só, já nos preocupa e inquieta, mas também nos incomoda. Abala nossos sentimentos humanos e nos faz doer na própria alma”, completou.

Apuração dos fatos - A presidente informou que, de imediato, determinou ao diretor de segurança institucional do TJ o deslocamento à comarca a fim de tomar as providências cabíveis à apuração dos fatos junto à polícia civil, militar e polícia federal, e também que o juiz fosse retirado da comarca. Informou sobre a prisão de cinco acusados e disse ter solicitado uma audiência com o governador do Estado, Flávio Dino, para tratar de assuntos relacionados à segurança institucional.

Apoio - Vários desembargadores se manifestaram em repúdio aos crimes em Buriti e em apoio ao magistrado. O desembargador Cleones Cunha considerou o episódio “repugnante e repudiável”, que agride todos os magistrados maranhenses. “É lamentável que, por uma insatisfação com uma questão política, se cometa agressão ao magistrado no exercício pleno de sua jurisdição”, disse o desembargador.

A Corregedora Geral da Justiça, Nelma Sarney, enfatizou a importância do reforço às medidas de segurança nas comarcas de todo o Estado, como

ação preventiva. A desembargadora alertou sobre a necessidade de o juiz encaminhar semanalmente as armas sob custódia da Justiça para a Comissão de Segurança Institucional, para a devida guarda, bem como a comunicação prévia de sessões de julgamento de grande repercussão na comarca, para que seja feito o reforço do policiamento – o que não houve, disse. “A falta de segurança existe em todas as áreas”, frisou a desembargadora.

O desembargador Jamil Gedeon sugeriu ao órgão especial a realização de um ato público conjunto na comarca de Buriti, em repúdio à violência e em apoio ao juiz Jorge Sales, medida que foi aprovada pela presidência e apoiada pelo Pleno.

Presidente da Comissão de Segurança Institucional do TJ, o desembargador Raimundo Barros informou que está acompanhando pessoalmente a investigação já iniciada, com o objetivo de que os responsáveis sejam punidos e advertiu que a população de Buriti não tem a natureza violenta.

Meta - O desembargador Froz

Sobrinho, presidente do TRE, propôs a realização de uma força-tarefa, com ações programadas na área da segurança, nos municípios onde haverá julgamento da pauta de processos relacionados à meta estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça para o Judiciário nacional, para evitar que o Tribunal seja surpreendido, como aconteceu em Buriti. Conforme a Meta 4, devem ser julgados, até 31 de dezembro de 2015, todas as ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas na Justiça de primeiro grau até 31 de dezembro de 2012.



Processos e móveis foram destruídos em ato de vandalismo praticado contra o patrimônio do Judiciário, terça-feira, na Comarca de Buriti; TJ repudiou ação criminosa

Nota da Amma

A Associação dos Magistrados do Maranhão (Amma) vem a público solidarizar-se com o juiz Jorge Antônio Sales Leite, titular da Comarca de Buriti, que foi alvo de atentado na tarde de terça-feira (20), em decorrência de decisão em ação de investigação judicial eleitoral.

A Amma repudia a ação criminosa perpetrada contra o magistrado no exercício da jurisdição, bem como os atos de vandalismo praticados contra o patrimônio do Judiciário, que resultaram no incêndio de parte do Fórum Madalena Serejo e na destruição de equipamentos e de cerca de 50 processos, em completa afronta ao Estado Democrático de Direito. Por fim, a Associação dos Magistrados exorta os órgãos da segurança pública e a administração do Tribunal de Justiça do Maranhão para que garantam a integridade física do juiz Jorge Leite, assim como também dos servidores do Judiciário de Buriti, oferecendo-lhes as condições necessárias para que desenvolvam o seu trabalho e para que a ordem pública na comarca seja mantida.

Sistema criminal

Representantes da Rede de Justiça Criminal e da Human Rights-Watch, organizações de defesa dos direitos humanos, reuniram-se ontem com o coordenador-geral da Unidade de Monitoramento Carcerário, desembargador Froz Sobrinho, representantes das varas de Interesses Difusos e Execução Penal, e da Central de Inquéritos.

O objetivo: conhecer a realidade do sistema criminal do Maranhão e o modelo de audiência de custódia implantado no Estado.

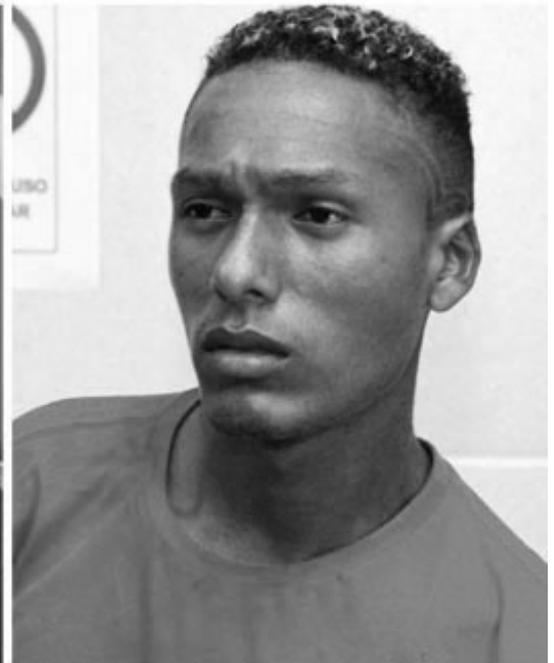
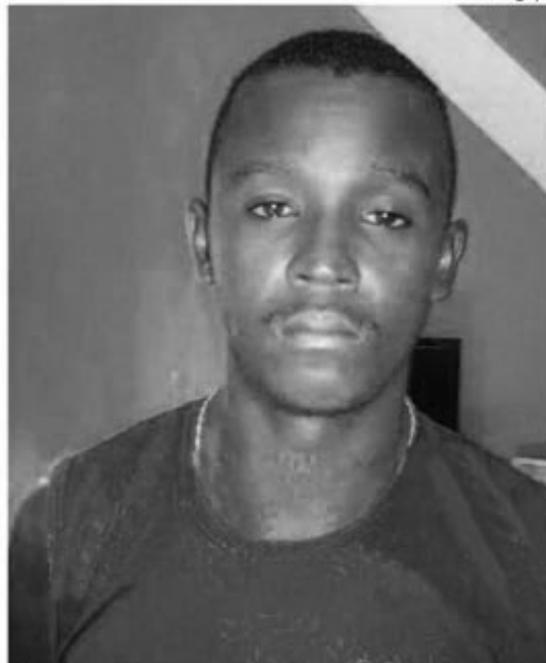
A audiência de custódia acontece no Maranhão desde setembro de 2014, conforme os parâmetros da Convenção Americana de Direitos Humanos.

Líder de facção criminosa morre em confronto com policiais civis

Troca de tiros ocorreu na tarde de ontem na Vila Conceição durante uma operação da SPCC, com apoio do GTA; bandido morto era procurado por vários crimes, entre eles homicídios, tráfico de drogas e assaltos na Grande São Luís

Ismael Araujo
Da Editoria de Polícia

Um dos líderes de uma facção criminosa que atua na Região Metropolitana de São Luís, Gilvan Santos, o *Lele*, de 28 anos, morreu ontem ao trocar tiros com a polícia dentro da sua residência, na Rua da Caema, s/n, no bairro Vila Conceição, Altos do Calhau. Ainda no local, os policiais encontraram armamento de grosso calibre, uma pistola 380 com cinco munições, pedras de crack e uma caixa de munição calibre 9 mm. Segundo a polícia, *Lele* era suspeito de pelo menos cinco homicídios, chefiar o tráfico de droga em diversos bairros da capital e participar da derrubada do muro da Casa de Detenção Provisória de Pedrinhas, no dia 10 de se-



Gilvan dos Santos, o *Lele*, morto ontem pela polícia Paulo da Conceição, cúmplice de *Lele*, preso ontem

tembro do ano passado.

O criminoso, segundo a polícia, é suspeito ainda de realizar, em companhia de outros cúmplices, vários assaltos na Região Metropolitana de São Luís. Inclusive do assalto ao carro-forte da empresa Cefor Segurança Privada, no campus da Universidade Estadual do Maranhão (Uema), na Cidade Operária, no dia 11 de fevereiro de 2014, quando levaram mais de R\$ 1 milhão.

Na tarde de ontem, os investigadores da Superintendência da Polícia Civil da Capital (SPCC) e integrantes do Grupo Tático Aéreo (GTA) cercaram a área da Vila Conceição. Eles tiveram a cobertura do helicóptero do GTA, que realizou voos rasantes pela localidade. Viaturas da Polícia Civil realizaram rondas por todas as ruas, enquanto os policiais faziam as revistas e as abordagens nos veículos e transeuntes que passavam pela área. Além disso, havia equipes de policiais fortemente armadas em cada canto do bairro.

O superintendente da SPCC, Leonardo Diniz, informou que essa operação tinha o objetivo de fechar pontos de venda de droga e prender foragidos da Justiça que estavam residindo na área, eles *Lelé*. "O principal objetivo

desse trabalho era retirar de circulação os cabeças do tráfico da Vila Conceição, no Alto do Calhau", frisou.

Confronto - Leonardo Diniz ainda informou que os investigadores estavam de posse do mandado de prisão contra *Lelé* pelo homicídio que teve como vítima Rogean dos Santos Rodrigues, assinado pelo juiz da 4ª Vara do Tribunal do Júri, José Ribamar Helly Júnior. A polícia conseguiu localizar a casa do suspeito e, ao entrar, foi recebida à bala. Houve troca de tiros e os policiais tiveram que usar escudos.

Lelé disparar contra os policiais e no decorrer do confronto acabou levando cinco tiros no tórax. Ele foi levado para o Hospital Municipal Doutor Clementino Moura, Socorrão II, na Cidade Operária, mas já chegou sem vida. Na casa dele, os policiais realizaram uma busca e encontraram uma pistola 380, uma caixa de balas contendo 30 munições e várias pedras de crack e uma pedra média da mesma substância. Todo esse material foi levado para o 4º Distrito Policial, no Vinhais, e apresentado a delegada Viviane Teixeira.

“ O nosso principal objetivo desse trabalho era retirar de circulação os cabeças do tráfico da Vila Conceição, no Alto do Calhau”

Leonardo Diniz, titular da Superintendência da Polícia Civil da Capital (SPCC)

Soldados do tráfico - Ainda durante o cerco policial, segundo Leonardo Diniz, dois homens que trabalhavam diretamente com *Lelé* na venda de drogas nessa área, foram conduzidos para a delegacia. Um deles é um adolescente, de 17 anos, enquanto o outro foi identificado como Paulo da Conceição, o *Cabelinho*. Ele já tem passagem pela polícia pelos crimes de assaltos e tráfico de entorpecente. *Cabelinho* já havia sido preso pela Polícia Militar no ano passado, mas acabou liberado pela Justiça. "Foi feito um levantamento pela polícia e ficou constatado que esses dois detidos são homens fortes de *Lelé* e trabalhavam diretamente com a venda de droga", frisou o delegado. A dupla foi conduzida ao

4º Distrito Policial, e a delegada titular vai tomar as devidas providências.

Mais morte - No fim da manhã de ontem, a polícia registrou a morte de Roberthson Diego Carvalho Cordeiro, de 32 anos, na Areinha. A polícia informou que o integrante de uma facção criminosa, identificado apenas como Diogo, desferiu oito tiros contra a vítima. Ela foi atingida na cabeça, no tórax e nos braços e morreu ainda no local. Após o ato criminoso, o suspeito deixou o local a pé com a arma em punho. Uma guarnição da Polícia Militar esteve no local, mas não conseguiu prender o suspeito. O crime será investigado pela Delegacia de Homicídios.

Divulgação



Roberthton Diego, integrante de facção, morto ontem na Areinha

Ações criminosas atribuídas a Lelé

Roubo a carro-forte, na Uema, no dia 11 de fevereiro

Assalto à joalheria Rosa Rio, no Calhau, no dia 3 de novembro, de onde levou mais de R\$ 500 mil em joias

Morte de Jandiara da Silva Sá, de 9 anos, na Vila Cruzado, no bairro Vicente Fialho, no dia 15 de abril de 2014

Derrubada do muro da CDP, na noite de 10 de setembro do ano passado, que proporcionou a fuga de 36 internos

Douglas Júnior



Armas, drogas e munição apreendidas ontem na casa de Lelé

Denarc prende traficante procurada desde 2012

Divulgação

Suspeita, que morava na Ivar Saldanha, foi encontrada ontem no Bairro de Fátima

A traficante Sâmia de Jesus Machado, de 35 anos, mãe de um dos adolescentes envolvidos na morte do médico e ex-diretor do Hospital Geral Luiz Alfredo Netto Guterres, de 48 anos, ocorrido no dia 9 de novembro do ano passado, foi presa ontem pelos investigadores do Denarc, órgão ligado à Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), durante uma incursão no Bairro de Fátima.

Segundo informações do delegado titular do Denarc, Cláudio Mendes, em 2012 a polícia fez uma abordagem em uma das residências da traficante, na Rua Renato Viana, nº 555, na Ivar Saldanha, onde encontrou cocaína e um revólver calibre 38. Ela conseguiu fugir do cerco policial, mas a sua prisão foi solicitada à Justiça e o mandado foi liberado.

A traficante, com receio de ser presa, se mudou para uma casa na Rua Dagmar Desterro, no Bairro de Fátima. Segundo o delegado, ela voltou a comercializar entorpecentes no novo endereço. Os policiais começaram a investigar, acabaram localizando Sâmia Machado na manhã de ontem e cumpriram o mandado que tinha sido expedido pelo juiz da 1ª Vara de Entorpecentes, Itaércio da Silva. A mulher foi conduzida até a sede do Denarc, no Parque Timbira, onde prestou esclarecimento ao delegado



Sâmia de Jesus estava com prisão preventiva decretada pela Justiça

Fique sabendo

O médico Luiz Alfredo Guterres foi assassinado a tiros, na manhã do dia 9 de novembro, por assaltantes, na garagem da sua residência, no Jardim Eldorado. Os criminosos fugiram levando o celular da vítima. O fato foi investigado pela Delegacia de Homicídios, em conjunto com a Seic. Ainda no dia do crime, a polícia conseguiu localizar o aparelho roubado em um terreno no Araçagi e após investigação foram identificados três suspeitos na morte do médico - dois eram adolescentes, entre eles um filho de Sâmia de Jesus Machado, e o terceiro acusado foi identificado como Nixon Richardson França Chaves.

Cláudio Mendes, e em seguida transferida para o presídio feminino em Pedrinhas.

Foragido - Já na terça-feira, 13, a equipe do Denarc prendeu no bairro São Francisco Fábio Borges Mendes, de 37 anos, acusado pelo crime de tráfico de droga e com pena a cumprir de mais de 5 anos em regime fechado. Ele foi preso em maio de 2010, no bairro do Jaracati, com mais de 4 kg de maconha, mas

acabou beneficiado com um alvará de soltura.

Em maio do ano passado, Fábio Mendes foi julgado e condenado pela 1ª Vara de Entorpecentes da capital e durante esse tempo não se apresentou à Justiça. O delegado Cláudio Mendes informou que o juiz acabou expedindo o mandado de prisão contra o foragido, que foi cumprido na manhã de terça-feira, quando ele transitava pela Rua 7, no São Francisco.

ESMAM

Eleita a nova diretoria da Escola Superior da Magistratura

A Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM) já tem definida a sua diretoria para o biênio 2015/2016. Foram eleitos, em sessão Plenária Administrativa do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), nesta quarta-feira (21), os desembargadores Jamil Gedeon e Paulo Velten, que assumirão, respectivamente, os cargos de diretor e vice-diretor.

O nome do desembargador Jamil Gedeon foi indicado pela presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, e aclamado por unanimidade pelos demais desembargadores que compõem a Corte estadual de Justiça. O diretor eleito teve o direito de escolher o vice-diretor, convidando o desembargador Paulo Velten para o cargo.

"Assumir a diretoria da ES-

MAM é dar continuidade ao trabalho que vem sendo desenvolvido e aprimorado há anos na gestão do desembargador Marcelo Carvalho, fazendo da escola um local de estudo e debates sobre temas relevantes para o aperfeiçoamento dos serviços judiciários", declarou o desembargador Jamil Gedeon, logo após a sua eleição.

Para o desembargador Paulo Velten, a hora é de trabalhar. "Fiquei muito honrado pela indicação do meu nome pelo desembargador Jamil Gedeon. Agora, vamos nos preparar para desenvolver um bom trabalho", pontuou.

A atual diretoria da ESMAM, que encerra o mandato no final de fevereiro, é composta pelo desembargador Marcelo Carvalho, que está no cargo de diretor

há quatro anos - tendo sido eleito em 2011 e reconduzido em 2013 -, e pelo desembargador Kleber Costa Carvalho, que exerce o cargo de vice-diretor.

A ESMAM tem como missão promover a formação inicial e continuada de magistrados e servidores do Judiciário maranhense e oferecer serviços jurídico-educacionais para a comunidade, contribuindo para aumentar a efetividade na prestação jurisdicional por meio do ensino e da pesquisa.

PERFIS - O desembargador Jamil Gedeon é natural de Caxias (MA), graduado em Direito pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Foi promotor de Justiça, procurador-geral da Justiça. Em 1997, por indicação da classe, foi eleito para o cargo de desembargador, na

vaga do quinto constitucional destinada ao Ministério Público. Estado. Foi corregedor, vice-presidente e presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão. Também foi corregedor-geral da Justiça no biênio 2008/2009 e presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão no biênio 2010/2011.

O desembargado Paulo Velten Pereira é natural de Niterói (RJ), descendente de maranhenses, estando radicado no Estado desde 1984. É graduado em Direito pela Universidade Federal do Maranhão e foi advogado especializado nas áreas cível e empresarial durante 15 anos. Foi eleito desembargador em fevereiro de 2007 na vaga do quinto constitucional reservada à Advocacia. É professor da UFMA e da ESMAM.

POSSE DE JUÍZES



A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire, deu posse a três magistrados, nesta quarta-feira (21), após a solenidade de abertura do ano forense de 2015. A juíza Mirella Cezar Freitas (comarca de Anajatuba) foi empossada na 2ª Vara da Comarca de Itapecuru-Mirim, após ser promovida da entrância inicial para a intermediária, pelo critério de antiguidade. Também promovida para a entrância intermediária, mas pelo critério de merecimento, a juíza Tereza Cristina Franco Palhares (comarca de Poção de Pedras) foi empossada na 1ª Vara da Comarca de Pinheiro.

REMOÇÃO

Conforme o critério de antiguidade, o juiz Ailton Castro Aires foi removido a pedido do Juizado da Fazenda Pública da capital para a 1ª Vara de Família do termo judiciário de São Luís (comarca da Ilha de São Luís), na mesma entrância final. No ato de posse, a presidente do TJ parabenizou os magistrados, ressaltando que eles vêm desempenhando um trabalho brilhante na carreira, como o jurisdicionado precisa e merece. "As comarcas estão de parabéns por receber juízes desse nível", ressaltou a desembargadora Cleonice Freire.

APOIO A JUIZ

TJMA manifesta repúdio contra a violência na comarca de Buriti



População depredou a sede do Fórum

Teve início nesta quarta-feira (21) o ano forense no Poder Judiciário do Maranhão. Durante a solenidade de instalação dos serviços judiciários, a presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Cleonice Freire, manifestou sua indignação e inconformismo diante dos atos de violência praticados por um grupo de pessoas em Buriti, contra decisão do juiz da comarca, Jorge Sales Leite, em processo que trata da cassação do prefeito municipal, na última terça-feira.

"Não temos outra atitude senão manifestar indignação e inconformismo ante as brutalidades praticadas contra a instituição judiciária e aquele legítimo representante (o juiz)", declarou a presidente do TJ.

A desembargadora disse considerar a missão do juiz "sublime, bendita e sagrada, porque essencial à pacificação das relações sociais e humana". "O dever legal de julgar, por si só, já nos preocupa e inquieta, mas também nos incomoda. Abala nossos sentimentos humanos e nos faz doer na própria alma", completou.

À presidente informou que, de imediato, determinou ao diretor de segurança institucional do TJ o deslocamento à comarca a fim de tomar as providências cabíveis à apuração dos fatos junto à polícia civil, militar e polícia federal, e também que o juiz fosse retirado da comarca. Informou sobre a prisão de cinco acusados e disse ter solicitado uma audiência com o governador do Estado, Flávio Dino, para tratar de assuntos relacionados à segurança institucional.

APOIO - Vários desembargadores se manifestaram em repúdio aos crimes em Buriti e em apoio ao magistrado. O desembargador Cleones Cunha considerou o episódio "repugnante e repudiável", que agride todos os magistrados maranhenses. "É lamentável que, por uma insatisfação com uma questão política, se cometa agressão ao magistrado no exercício pleno de sua jurisdição", disse o desembargador.

A Corregedora Geral da Justiça, Nelma Sarney, enfatizou a importância do reforço às medidas de segurança nas comarcas de todo o Estado, como ação preventiva. A de-

sembargadora alertou sobre a necessidade de o juiz encaminhar semanalmente as armas sob custódia da Justiça para a Comissão de Segurança Institucional, para a devida guarda, bem como a comunicação prévia de sessões de julgamento de grande repercussão na comarca, para que seja feito o reforço do policiamento - o que não houve, disse. "A falta de segurança existe em todas as áreas", frisou a desembargadora.

O desembargador Jamil Gedeon sugeriu ao órgão especial a realização de um ato público conjunto na comarca de Buriti, em repúdio à violência e em apoio ao juiz Jorge Sales, medida que foi aprovada pela presidência e apoiada pelo Pleno.

Presidente da Comissão de Segurança Institucional do TJ, o desembargador Raimundo Barros informou que está acompanhando pessoalmente a investigação já iniciada, com o objetivo de que os responsáveis sejam punidos e advertiu que a população de Buriti não tem a natureza violenta.

META - O desembargador Froz Sobrinho, presidente do TRE, propôs a realização de uma força-tarefa, com ações programadas na área da segurança, nos municípios onde haverá julgamento da pauta de processos relacionados à meta estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça para o Judiciário nacional, para evitar que o Tribunal seja surpreendido, como aconteceu em Buriti. Conforme a Meta 4, devem ser julgados, até 31 de dezembro de 2015, todas as ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas na Justiça de primeiro grau até 31 de dezembro de 2012.

POLÍCIA

**Modelo de audiência
de custódia do
TJMA é avaliado
por organizações**

Pag. 11

Modelo de audiência de custódia do TJMA é avaliado por organizações

Representantes de vários órgãos judiciais reuniram-se para conhecer a realidade do sistema criminal do Maranhão e o modelo de audiência de custódia implantado no Estado



Desembargador Froz Sobrinho e o juiz Mendonça explicam métodos de audiência de custódia

Representantes da Rede de Justiça Criminal e da HumanRightsWatch - organizações de defesa dos direitos humanos - reuniram-se, nesta quarta-feira (21), com o coordenador-geral da Unidade de Monitoramento Carcerário (UMF-TJMA), desembargador Froz Sobrinho, e representantes das varas de Interesses Difusos e Execução Penal, e da Central de Inquiridos para conhecer a realidade do sistema criminal do Maranhão e o modelo de audiência de custódia implantado no Estado.

A audiência de custódia acontece no Maranhão desde setembro de 2014, conforme os parâmetros da Convenção Americana de Direitos Humanos. O procedimento, realizado na Central de Inquiridos do Fórum de São Luís, foi apresentado pelo juiz Fernando Mendonça, titular da 2ª Vara de Execução Penal, aos membros da HumanRightsWatch, Maria Laura Canineu e Cesar Munoz; e da Rede de Justiça Criminal, Hugo Leonardo, Amanda Hildebrand e Ana Luiza Bandeira (coordenadora do projeto-piloto de audiência de custódia em São Paulo).

A implantação é fruto de planejamento conjunto de representantes do Executivo, Judiciário, Ministério Público e Defen-

soria Pública. A proposta foi aprovada pelo Comitê de Gestão Integrada de Pacificação nas Prisões, constituído pelo Governo do Estado, em parceria com a União Federal, em junho de 2014, como forma de conter a violência e a criminalidade na Capital, sendo incluída entre as ações emergenciais do pacto estadual para instituição de políticas públicas de alternativas penais à prisão, firmado em janeiro do ano passado.

"Com os estabelecimentos criminais dominados por facções criminosas, é importante separar a pessoa que cometeu crime grave, ou de elevada periculosidade, daquelas que praticaram crimes ocasionais ou episódicos", explicou o magistrado, que coordenou o projeto de implantação.

Também participaram da reunião o coordenador executivo da UMF, Ariston Apoliano Júnior, os juízes Douglas de Melo Martins (Interesses Difusos), Lívia Maria Aguiar (auxiliar da capital) e Antonio Luiz da Silva (Central de Inquéritos).

CONSCIENTIZAÇÃO - O diretor da Rede de Justiça Criminal, Hugo Leonardo, disse que a experiência da audiência de custódia é importante tendo em vista os acontecimentos no Complexo Penitenciário de Pedrinhas nos últimos anos, podendo culminar em novas propostas, apesar de ainda faltar maior conscientização de muitos julgadores sobre as consequências sociais do encarceramento provisório. "Há um grande papel do juiz na resposta aos problemas sociais, que muitas vezes são incrementados por decisões em vez de diminuídos", opinou.

A diretora da HumanRightsWatch, Maria Laura Canineu, também destacou as mortes ocorridas no Complexo de Pedrinhas, avaliando que a questão do sistema prisional é o grande gargalo dos direitos humanos no Brasil, considerando o sistema em crise instalado. "O problema de superlotação e falência do sistema é nacional, mas esperamos que o Maranhão possa avançar com o novo Governo e que essas experiências possam reverberar para outros estados", disse.

MONITORAMENTO - Fróz Sobrinho, que representou a presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, apresentou os procedimentos de gestão e a história da criação da UMF no Maranhão, originada com o Grupo de Monitoramento Carcerário, após resoluções do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de 2009 e 2010, posteriormente tornando-se a primeira unidade do país a adquirir autonomia por meio de lei estadual, com equipe e orçamento próprios.

O desembargador avaliou a atual situação do sistema prisional do Maranhão, com as melhorias percebidas após a instalação da UMF e realização dos mutirões carcerários, que busca atuar com base na Constituição Federal e Lei de Execuções Penais, para garantir direitos como duração razoável do processo e separação de presos por crimes e regimes. "Apesar da legislação avançada, nossa infraestrutura ainda é incipiente e nosso sistema não recupera os presos, que retornam à sociedade ainda piores", avaliou ao defender a ampliação do uso das penas alternativas nos processos de exe-

cução.

ORGANIZAÇÕES - A Rede de Justiça Criminal, criada em 2010, é formada por oito organizações de defesa dos direitos humanos e atua na articulação de diversas entidades da sociedade civil preocupadas com o uso abusivo da prisão provisória no Brasil. A Rede pleiteia frente ao Congresso Nacional a inclusão da obrigatoriedade da audiência de custódia no Código de Processo Penal.

A HumanRightsWatch (HRW) é uma organização internacional não-governamental que defende e realiza pesquisas sobre os direitos humanos com atuação em mais de 90 países. A sede da HRW está localizada na cidade de Nova York e a organização mantém escritórios em Amsterdã, Beirute, Berlim, Bruxelas, Chicago, Genebra, Johannesburgo, Londres, Los Angeles, Moscou, Paris, São Francisco, Tóquio, Toronto e Washington.

A HRW foi uma das organizações que peticionou junto à Organização dos Estados Americanos (OEA), por violações de Direitos Humanos pelo Brasil quando das mortes no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luís.

As entidades manterão encontros, na quarta e quinta-feira (22), com a Corregedoria Geral de Justiça, Defensoria Pública, Ministério Público, Sejap, Secretaria de Segurança, Polícia Civil, Procuradoria Geral de Justiça e Associação de Familiares de Presos.

Fogo contra a Justiça (1)

O presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão, juiz Gervásio Santos, e o vice, Ângelo Alencar dos Santos, foram acompanhar, no local, os atos de vandalismos praticados contra o Fórum de Buriti, incendiado por moradores. Os magistrados dão apoio ao colega Jorge Antônio Sales Leite, vítima de atentado político no exercício da jurisdição.

Fogo contra a Justiça (2)

O juiz Jorge Leite foi ameaçado de morte dentro do seu gabinete ontem e tentaram amará-lo. No total, foram 15 pessoas armadas de facões, que tocaram fogo nas dependências do Fórum de Buriti de Inácia Vaz. O motivo foi o retorno do prefeito Rafael Mesquita Brasil, ao cargo, por ordem judicial.



POSSE NO TJMA A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire, deu posse a três magistrados, ontem, após a solenidade de abertura do ano forense de 2015. Magistrados vão atuar em São Luís, Pinheiro e Santa Inês. **POLÍTICA 2**

JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça empossa novos juízes

A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire, deu posse a três magistrados, ontem, após a solenidade de abertura do ano forense de 2015.

Promoção

A juíza Mirella Cezar Freitas (comarca de Anajatuba) foi empossada na 2ª Vara da Comarca de Itapecuru-Mirim, após ser promovida da entrância inicial para a intermediária, pelo critério de antiguidade.

Também promovida para a entrância intermediária, mas pelo critério de merecimento, a juíza Tereza Cristina Franco Palhares (comarca de Poção de Pedras) foi empossada na 1ª Vara da Comarca de Pinheiro.

Remoção

Conforme o critério de antiguidade, o juiz Ailton Castro Aires foi removido a pedido do Juizado da Fazenda Pública da capital para a 1ª Vara de Família do termo judiciário de São Luís (comarca da Ilha de São

Luís), na mesma entrância final.

No ato de posse, a presidente do TJ parabenizou os magistrados, ressaltando que eles vêm desempenhando um trabalho brilhante na carreira, como o jurisdicionado precisa e merece. "As comarcas estão de parabéns por receber juízes desse nível", ressaltou a desembargadora Cleonice Freire.

A posse foi acompanhada pelo desembargador José Bernardo Rodrigues, pelos juízes Nilo Ribeiro, Márcio Brandão (auxiliares da Presidência), Tayrone Silva (auxiliar

da Corregedora Geral da Justiça), Rodrigo Nina, Gustavo Medeiros e Larissa Tupinambá (Comissão Sentenciante da Corregedoria).



Presidente Cleonice Freire esteve reunida com juízes e demais membros do TJMA

AMMA lança nota em solidariedade a juiz vítima de atentado

A Associação dos Magistrados do Maranhão emitiu Nota de solidariedade ao juiz Jorge Antônio Sales Leites, titular da Comarca de Buriti e que foi vítima de tentativa de agressão por alguns moradores da cidade de Buriti, após uma decisão do magistrado no processo que pede a cassação

do prefeito da cidade, Rafael Mesquita.

Na ação criminosa praticada por alguns moradores, além da tentativa de agressão ao juiz, o Fórum de Buriti foi incendiado e praticamente totalmente destruído. Abaixo a íntegra da Nota da AMMA.

NOTA PÚBLICA

A Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA) vem a público solidarizar-se com o juiz Jorge Antônio Sales Leite, titular da Comarca de Buriti, que foi alvo de atentado na tarde desta terça-feira (20), em decorrência de decisão em ação de investigação judicial eleitoral.

A AMMA repudia a ação criminosa perpetrada contra o magistrado no exercício da jurisdição, bem como os atos de vandalismo praticados contra o patrimônio do Judiciário, que resultaram no incêndio de parte do Fórum Madalena Serejo e na destruição de equipamentos e de cerca de 50 processos, em completa afronta ao Estado Democrático de Direito.

Por fim, a Associação dos Magistrados exorta os órgãos da segurança pública e a administração do Tribunal de Justiça do Maranhão para que garantam a integridade física do juiz Jorge Leite, assim como também dos servidores do Judiciário de Buriti, oferecendo-lhes as condições necessárias para que desenvolvam o seu trabalho e para que a ordem pública na comarca seja mantida.

Buriti, 21 de Janeiro de 2015.

Gervásio Protásio Santos Júnior

Presidente da AMMA

Tribunal manda apurar atos de violência em Fórum

P4c1



Desembargadores manifestam repúdio contra a violência no Fórum de Buriti



Correio Buritense

Manifestantes atearam fogo no Fórum e ameaçaram o juiz

Teve início nessa quarta-feira (21) o ano forense no Poder Judiciário do Maranhão. Durante a solenidade de instalação dos serviços judiciários, a presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Cleonice Freire, manifestou sua indignação e inconformismo diante dos atos de violência praticados por um grupo de pessoas no município de Buriti, contra decisão do juiz da comarca, Jorge Sales Leite, em processo que trata da cassação do prefeito municipal, proferida na última terça-feira (20).

"Não temos outra atitude senão manifestar indignação e inconformismo ante as brutalidades praticadas contra a instituição judiciária e aquele legítimo representante (o juiz)", declarou a presidente do TJMA.

A desembargadora disse considerar a missão do juiz "sublime, bendita e sagrada, porque é essencial à pacificação das relações sociais e humana". "O dever legal de julgar, por si só, já nos preocupa e inquieta, mas também nos incomoda. Abala nossos sentimentos humanos e nos faz doer na própria alma", completou.

A presidente informou que, de imediato, determinou ao diretor de Segurança Institucional do TJMA o deslocamento à comarca a fim de tomar as providências cabíveis à apuração dos fatos junto à polícia Civil, Militar e Polícia Federal, e também que o juiz fosse retirado da comarca. Informou sobre a prisão de cinco acusados e disse ter solicitado uma audiência com o governador do Estado, Flávio Dino, para tra-

tar de assuntos relacionados à segurança institucional.

Apoio - Vários desembargadores se manifestaram em repúdio aos crimes em Buriti e em apoio ao magistrado. O desembargador Cleones Cunha considerou o episódio "repugnante e repudiável", que agride todos os magistrados maranhenses. "É lamentável que, por uma insatisfação com uma questão política, se cometa agressão ao magistrado no exercício pleno de sua jurisdição", disse o desembargador.

A corregedora-geral da Justiça, Desa. Nelma Sarney, enfatizou a importância do reforço às medidas de segurança nas comarcas de todo o Estado, como ação preventiva. A desembargadora alertou sobre a necessidade de o juiz encaminhar semanalmente as

armas sob custódia da Justiça para a Comissão de Segurança Institucional, para a devida guarda, bem como a comunicação prévia de sessões de julgamento de grande repercussão na comarca, para que seja feito o reforço do policiamento – o que não houve, disse. "A falta de segurança existe em todas as áreas", frisou a desembargadora.

O desembargador Jamil Gedeon sugeriu a realização de um ato público conjunto na Comarca de Buriti, em repúdio à violência e em apoio ao juiz Jorge Sales, medida que foi aprovada pela presidência e apoiada pelo Pleno.

Presidente da Comissão de Segurança Institucional do TJMA, o desembargador Raimundo Barros informou que está acompanhando pessoalmente a investigação já iniciada, com o objetivo de que os responsáveis sejam punidos e advertiu que a população de Buriti não tem a natureza violenta.

Meta - O desembargador Froz Sobrinho, presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA), propôs a realização de uma força-tarefa, com ações programadas na área da segurança, nos municípios onde haverá julgamento da pauta de processos relacionados à meta estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça para o Judiciário nacional, para evitar que o tribunal seja surpreendido, como aconteceu em Buriti. Conforme a Meta 4, devem ser julgados, até 31 de dezembro de 2015, todas as ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas na Justiça de primeiro grau até 31 de dezembro de 2012. (Helena Barbosa – Asscom TJMA)

Escola Superior da Magistratura elege a sua nova diretoria no MA



A Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam) já tem definida a sua diretoria para o biênio 2015/2016. Foram eleitos, em sessão Plenária Administrativa do Tribunal de Justiça do Maranhão, nesta quarta-feira (21), os desembargadores Jamil Gedeon e Paulo Velten (foto), que assumirão, respectivamente, os cargos de diretor e vice-diretor.

O nome do desembargador Jamil Gedeon foi indicado pela presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, e aclamado por unanimidade pelos demais desembargadores que compõem a Corte estadual de Justiça. O diretor eleito teve o direito de escolher o vice-diretor, convidando o desembargador Paulo Velten para o cargo.

“Assumir a diretoria da Esmam

é dar continuidade ao trabalho que vem sendo desenvolvido e aprimorado há anos na gestão do desembargador Marcelo Carvalho, fazendo da escola um local de estudo e debates sobre temas relevantes para o aperfeiçoamento dos serviços judiciários”, declarou o desembargador Jamil Gedeon, logo após a sua eleição.

Para o desembargador Paulo Velten, a hora é de trabalhar. “Fiquei muito honrado pela indicação do meu nome pelo desembargador Jamil Gedeon. Agora, vamos nos preparar para desenvolver um bom trabalho”, pontuou.

A atual diretoria da Esmam, que encerra o mandato no final de fevereiro, é composta pelos desembargadores Marcelo Carvalho e Kleber Costa Carvalho.

Distribuição do Fórum de São Luís recebeu mais de 52 mil novos processos em 2014

Em 2014, o setor responsável pela distribuição de processos para as Varas do Fórum de São Luís recebeu 52 mil petições iniciais (novos processos) e atingiu quase 100% de produtividade. Os 26 servidores do setor ganharam a Gratificação por Produção Judiciária (GPJ), cumprindo integralmente metas estabelecidas pelo Tribunal de Justiça do Maranhão.

O setor cadastra as petições iniciais, que passam pelo processo de triagem e são distribuídas por sorteio eletrônico para a Vara de destino. A unidade desenvolve ainda as atividades de recebimento de petições intermediárias, emissão de certidões

criminais e cíveis para o público, recebimento de cartas precatórias e redistribuição e desmembramento de processos judiciais já em tramitação.

Neste início de ano, a Distribuição está com uma grande demanda na confecção e emissão de certidões criminais e cíveis, cerca de dois mil pedidos diários em decorrência do recadastramento dos servidores do Estado que ocorre desde 29 de dezembro de 2014. As certidões são emitidas com prazo razoável de entrega de 48 horas. O setor tem se organizado para esse atendimento extraordinário e solucionado casos urgentes de solicitação de certidões criminais.

- Desde ontem estão normalizadas as atividades judiciais em Varas e Juizados da capital e do interior.
- No Fórum Sarney Costa, a volta das atividades à normalidade foi marcada pelas apresentações da Banda de Música da Guarda Municipal de São Luís e o grupo de jazz Jayr Torres Group, que recepcionaram o público presente ao fórum.



A posse dos juízes ocorreu no Gabinete da Presidência do TJMA

Juízes tomam posse nas comarcas de São Luís, Pinheiro e Itapecuru

A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire, deu posse a três magistrados, ontem (21), após a solenidade de abertura do ano forense de 2015.

PROMOÇÃO – A juíza Mirrella Cezar Freitas (comarca de Anajatuba) foi empossada na 2ª Vara da Comarca de Itapecuru-Mirim, após ser promovida da entrância inicial para a intermediária, pelo critério de antiguidade.

Também promovida para a entrância intermediária, mas pelo critério de merecimento, a juíza Tereza Cristina Franco Palhares (comarca de Poção de Pedras) foi empossada na 1ª Vara da Comarca de Pinheiro.

REMOÇÃO – Conforme o critério de antiguidade, o juiz Ailton Castro Aires foi removido a pedido do Juizado da Fa-

zenda Pública da capital para a 1ª Vara de Família do termo judiciário de São Luís (comarca da Ilha de São Luís), na mesma entrância final.

No ato de posse, a presidente do TJ parabenizou os magistrados, ressaltando que eles vêm desempenhando um trabalho brilhante na carreira, como o jurisdicionado precisa e merece. “As comarcas estão de parabéns por receber juízes desse nível”, ressaltou a desembargadora Cleonice Freire.

A posse foi acompanhada pelo desembargador José Bernardo Rodrigues, pelos juízes Nilo Ribeiro, Márcio Brandão (auxiliares da Presidência), Tayrone Silva (auxiliar da Corregedora Geral da Justiça), Rodrigo Nina, Gustavo Medeiros e Larissa Tupinambá (Comissão Sentenciante da Corregedoria).

TJMA manifesta repúdio contra a violência na comarca de Buriti

DIVULGAÇÃO

Teve início ontem (21) o ano forense no Poder Judiciário do Maranhão. Durante a solenidade de instalação dos serviços judiciários, a presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Cleonice Freire, manifestou sua indignação e inconformismo diante dos atos de violência praticados por um grupo de pessoas em Buriti, contra decisão do juiz da comarca, Jorge Sales Leite, em processo que trata da cassação do prefeito municipal, na última terça-feira.

“Não temos outra atitude senão manifestar indignação e inconformismo ante as brutalidades praticadas contra a instituição judiciária e aquele legítimo representante (o juiz)”, declarou a presidente do TJ.

A desembargadora disse considerar a missão do juiz “sublime, bendita e sagrada, porque essencial à pacificação das relações sociais e humana”. “O dever legal de julgar, por si só, já nos preocupa e inquieta, mas também nos incomoda. Abala nossos sentimentos humanos e nos faz doer na própria alma”, completou.

A presidente informou que, de imediato, determinou ao diretor de segurança institucional do TJ o deslocamento à comarca a fim de tomar as providências cabíveis à apuração dos fatos junto à polícia civil, militar



Desembargadora Cleonice Freire manifestou sua indignação com os atos de violência em Buriti

e polícia federal, e também que o juiz fosse retirado da comarca. Informou sobre a prisão de cinco acusados e disse ter solicitado uma audiência com o governador do Estado, Flávio Dino, para tratar de assuntos relacionados à segurança institucional.

APOIO – Vários desembargadores se manifestaram em repúdio aos crimes em Buriti e em apoio ao magistrado. O desembargador Cleones Cunha considerou o episódio “repugnante e repudiável”, que agride todos os magistrados maranhenses. “É lamentável que, por uma insatisfação com uma questão política, se cometa agressão ao magistrado no exercício pleno de sua ju-

risdição”, disse o desembargador.

A Corregedora Geral da Justiça, Nelma Sarney, enfatizou a importância do reforço às medidas de segurança nas comarcas de todo o Estado, como ação preventiva. A desembargadora alertou sobre a necessidade de o juiz encaminhar semanalmente as armas sob custódia da Justiça para a Comissão de Segurança Institucional, para a devida guarda, bem como a comunicação prévia de sessões de julgamento de grande repercussão na comarca, para que seja feito o reforço do policiamento – o que não houve, disse. “A falta de segurança existe em todas as áre-

as”, frisou a desembargadora.

O desembargador Jamil Ge-deon sugeriu ao órgão especial a realização de um ato público conjunto na comarca de Buriti, em repúdio à violência e em apoio ao juiz Jorge Sales, medida que foi aprovada pela presidência e apoiada pelo Pleno.

Presidente da Comissão de Segurança Institucional do TJ, o desembargador Raimundo Barros informou que está acompanhando pessoalmente a investigação já iniciada, com o objetivo de que os responsáveis sejam

punidos e advertiu que a população de Buriti não tem a natureza violenta.

META – O desembargador Froz Sobrinho, presidente do TRE, propôs a realização de uma força-tarefa, com ações programadas na área da segurança, nos municípios onde haverá julgamento da pauta de processos relacionados à meta estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça para o Judiciário nacional, para evitar que o Tribunal seja surpreendido, como aconteceu em Buriti. Conforme a Meta

4, devem ser julgados, até 31 de dezembro de 2015, todas as ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas na Justiça de primeiro grau até 31 de dezembro de 2012.

Organizações de defesa dos direitos humanos avaliam audiência de custódia do TJMA

Representantes da Rede de Justiça Criminal e da Human Rights Watch – organizações de defesa dos direitos humanos – reuniram-se, ontem (21), com o coordenador-geral da Unidade de Monitoramento Carcerário (UMF-TJMA), desembargador Froz Sobrinho, e representantes das varas de Interesses Difusos e Execução Penal, e da Central de Inquéritos para conhecer a realidade do sistema criminal do Maranhão e o modelo de audiência de custódia implantado no Estado.

A audiência de custódia acontece no Maranhão desde setembro de 2014, conforme os parâmetros da Convenção Americana de Direitos Humanos. O procedimento, realizado na Central de Inquéritos do Fórum de São Luís, foi apresentado pelo juiz Fernando Mendonça, titular da 2ª Vara de Execução Penal, aos membros da Human Rights Watch, Maria Laura Canineu e Cesar Munoz; e da Rede de Justiça Criminal, Hugo Leonardo, Amanda Hildebrand e Ana Luiza Bandeira (coordenadora do projeto-piloto de audiência de custódia em São Paulo).

A implantação é fruto de planejamento conjunto de representantes do Executivo, Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública. A proposta foi aprovada pelo Comitê de Gestão Integrada de Pacificação nas Prisões, constituído pelo governo do Estado, em parceria

com a União Federal, em junho de 2014, como forma de conter a violência e a criminalidade na capital, sendo incluída entre as ações emergenciais do pacto estadual para instituição de políticas públicas de alternativas penais à prisão, firmado em janeiro do ano passado.

“Com os estabelecimentos criminais dominados por facções criminosas, é importante separar a pessoa que cometeu crime grave, ou de elevada periculosidade, daquelas que praticaram crimes ocasionais ou episódicos”, explicou o magistrado, que coordenou o projeto de implantação.

Também participaram da reunião o coordenador executivo da UMF, Ariston Apolinário Júnior, os juízes Douglas de Melo Martins (Interesses Difusos), Livia Maria Aguiar (auxiliar da capital) e Antonio Luiz da Silva (Central de Inquéritos).

CONSCIENTIZAÇÃO – O diretor da Rede de Justiça Criminal, Hugo Leonardo, disse que a experiência da audiência de custódia é importante tendo em vista os acontecimentos no Complexo Penitenciário de Pedrinhas nos últimos anos, podendo culminar em novas propostas, apesar de ainda faltar maior conscientização de muitos julgadores sobre as consequências sociais do encarceramento provisório. “Há um grande papel do juiz na resposta aos problemas sociais, que

muitas vezes são incrementados por decisões em vez de diminuídos”, opinou.

A diretora da Human Rights Watch, Maria Laura Canineu, também destacou as mortes ocorridas no Complexo de Pedrinhas, avaliando que a questão do sistema prisional é o grande gargalo dos direitos humanos no Brasil, considerando o sistema em crise instalado. “O problema de superlotação e falência do sistema é nacional, mas esperamos que o Maranhão possa avançar com o novo Governo e que essas experiências possam reverberar para outros estados”, disse.

MONITORAMENTO – Froz Sobrinho, que representou a presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, apresentou os procedimentos de gestão e a história da criação da UMF no Maranhão, originada com o Grupo de Monitoramento Carcerário, após resoluções do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de 2009 e 2010, posteriormente tornando-se a primeira unidade do país a adquirir autonomia por meio de lei estadual, com equipe e orçamento próprios.

O desembargador avaliou a atual situação do sistema prisional do Maranhão, com as melhorias percebidas após a instalação da UMF e realização dos mutirões carcerários, que busca atuar com base na Constituição Federal e Lei de Execuções Penais, para garantir direi-

tos como duração razoável do processo e separação de presos por crimes e regimes. “Apesar da legislação avançada, nossa infraestrutura ainda é incipiente e nosso sistema não recupera os presos, que retornam à sociedade ainda piores”, avaliou ao defender a ampliação do uso das penas alternativas nos processos de execução.

As entidades manterão encontros, na quarta e quinta-feira (22), com a Corregedoria Geral de Justiça, Defensoria Pública, Ministério Público, Sejap, Secretaria de Segurança, Polícia Civil, Procuradoria Geral de Justiça e Associação de Familiares de Presos.



Desembargador Froz Sobrinho e o juiz Fernando Mendonça recebem representantes das organizações

Denarc cumpre mandado de prisão e captura foragida no B.F

Tendo contra si um mandado de prisão preventiva, expedido pela 1ª Vara de Entorpecentes de São Luís, Samia de Jesus Machado, de 35 anos, foi capturada na manhã de ontem (21), por volta das 7h, no Bairro de Fátima – na capital. Segundo o delegado Cláudio Mendes, titular do Departamento de Narcóticos (Denarc), ela é mãe de um adolescente envolvido na morte de um médico em 2014.

O documento que ordenava o recolhimento da criminosa a um dos presídios do sistema penitenciário foi assinado pelo juiz Itaércio Paulino da Silva, titular da 1ª Vara de Entorpecentes. Contudo, o delegado

Cláudio Mendes representou contra a acusada. Samia reside, na verdade, na Rua Renato Viana, na Vila Ivar Saldanha. No entanto, fugiu de lá, passando a morar no B.F, a fim de escapar da prisão que seria efetuada pelo Denarc.

OUTRA MULHER PRESA – À tarde, o Denarc deu voz de prisão a Rosenilde de Fátima Fernanda Farias Gonçalves, que escondia 2 kg de maconha e mais 61 papélotes da mesma droga em sua residência, na Rua Uruguai do bairro da Divineia. No imóvel, os investigadores apreenderam, ainda, um revólver calibre 38, contendo 12 munições. (NM)